

**PROCESSO** - A.I. Nº 03023966/95  
**RECORRENTE** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDO** - TUBASA – TUBOS DE AÇO DE SALVADOR LTDA.  
**RECURSO** - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 5ª JJF nº 0117/99  
**ORIGEM** - INFAZ CALÇADA  
**INTERNET** - 13.04.02

## 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0152-11/02

**EMENTA:** ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. DOCUMENTO INIDÔNEO. Ficou provado nos autos que alguns editais de cancelamento/suspensão não foram publicados no Diário Oficial e outros ocorreram posteriormente à emissão das notas fiscais. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

### RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício da 5ª JJF contra Decisão que julgou improcedente o Auto de Infração lavrado por uso indevido de crédito fiscal pela falta de comprovação das entradas das mercadorias, em função de as remetentes já se encontrarem baixadas ou canceladas do Cadastro de Contribuintes do Estado da Bahia, nos exercícios de 1991, 1992, 1993 e 1994.

Em sua defesa, o autuado argumenta que, efetivamente, as mercadorias foram adquiridas e entraram em seu estabelecimento, possuindo o direito ao crédito fiscal, tanto que houve a correspondente saída das mercadorias. Sustenta, ainda, que as empresas que lhe venderam as mercadorias estavam funcionando à época das operações e traz ao processo documentos para provar suas alegações.

Argumenta também que o autuante não comprovou os requisitos do artigo 63, do RICMS/89 para considerar inidôneos os documentos fiscais emitidos pelo contribuinte vendedor das mercadorias.

Ademais, o artigo 97, inciso VII, do RICMS/89 citado pelo autuante, refere-se à inidoneidade mencionada no artigo 124 que trata de vícios extrínsecos, o que não foi alegado no Auto de Infração.

O autuante apresenta novos documentos e informa que inúmeros indícios captados durante a ação fiscal levaram-no à presunção da existência de entradas fictícias de mercadorias no estabelecimento do autuado, tais como notas fiscais emitidas por empresas canceladas e sem carimbo da fiscalização.

Quanto aos extratos de movimento de mercadorias juntados pela defesa diz o autuante tratar-se de documentos internos não reconhecidos pela administração tributária e que as notas fiscais juntadas não trazem correspondência com as mercadorias constantes de notas fiscais de entrada cujos créditos foram glosados.

O PAF é encaminhado ao autuado a fim de manifestar-se acerca dos novos documentos juntados pelo autuante. Nesta nova oportunidade levanta preliminares de nulidade do lançamento alegando que não descreve os fatos típicos determinantes da infração, cerceando seu direito de defesa e ainda que o autuante não respeitou o prazo de 10 dias para apresentar sua informação fiscal. No mérito, reafirma os termos da primeira impugnação.

O PAF foi encaminhado a ASTEC que em resposta à solicitação da PROFAZ informa que:

1. A Alcobre Comércio de Metais e Aço Ltda., (Inscrição Estadual nº 25.216.996) teve sua inscrição suspensa em 05/06/92 e foi reincluída em 22/07/92, de acordo com os dados obtidos no dossiê do contribuinte na INFAZ/PIRAJÁ. Como as notas fiscais, objeto desta autuação, foram emitidas no período de 05/05/92 a 21/05/92, seriam inidôneas;
2. A Iluminação Bahia Ltda. (Inscrição Estadual nº 28.974.965) teve sua inscrição suspensa em 14/04/92 por paralisação de suas atividades. Assim, as notas fiscais emitidas anteriormente a essa data seriam inidôneas, excluindo-se do demonstrativo elaborado pelo autuante as Notas Fiscais nºs 066, 067 e 101;
3. A Rolmac Comércio e Representações Ltda. (Inscrição Estadual nº 21.128.037) teve sua inscrição cancelada em 09/08/90, conforme documento do SIDAT (fl. 316); as notas emitidas de 26/12/91 a 25/08/92 são, portanto, inidôneas;
4. A Radel Dias Comércio e Representações Ltda. (Inscrição Estadual nº 36.664.203) teve sua inscrição cancelada em 19/11/96; portanto, as notas fiscais relacionadas no demonstrativo do autuante, foram emitidas de 28/04/93 a 10/12/93 quando a empresa se encontrava ativa no cadastro de contribuintes;
5. A Açoduto Comercial Ltda. (Inscrição Estadual/SP nº 112.683.028.114), por ser empresa localizada em São Paulo, não pôde ser verificada;
6. Jorge Radel e Cia. Ltda. (Inscrição Estadual nº 00.299.037) encontra-se atualmente em processo de baixa; assim, as notas fiscais relacionadas no demonstrativo do autuante foram emitidas quando a empresa se encontrava ativa no cadastro de contribuintes.
7. Os documentos trazidos ao processo pelo autuado não comprovam a efetiva saída das mercadorias constantes das notas fiscais objeto desta autuação, uma vez que os extratos de movimentação, por serem documentos internos, não têm força probante para elidir o crédito tributário.
8. Confirma que os artigos citados pelo autuante são adequados às infrações indicadas no lançamento.

Inicialmente o Relator da 5ª JJF rejeita as preliminares de nulidade e julga improcedente o Auto de Infração considerando que os indícios presentes nos autos e as provas apresentadas pelo autuante não possuem a robustez necessária para dar sustentação ao Auto de Infração.

Que diligente da ASTEC, em sua informação de fls. 390 a 424, confirma a idoneidade das notas fiscais emitidas pelas empresas Radel Dias Comércio e Representações Ltda., Jorge Radel e Cia. Ltda. e parte das notas fiscais emitidas por Iluminação Bahia Ltda.

Quanto ao restante das notas fiscais que foram emitidas por Iluminação Bahia Ltda. e Alcobre Comércio de Metais e Aço Ltda. quando se encontravam com suas inscrições suspensas, apesar da suspensão efetivamente constar dos dossiês das empresas na Inspeção, a Secretaria da Fazenda não se preocupou em publicar os editais de suspensão no Diário Oficial.

Do mesmo modo, em relação a Rolmac Comércio e Representações Ltda., apesar de constar no documento emitido pelo SIDAT (fl. 316) o cancelamento de sua inscrição em 09/08/90, não há a prova

de que a SEFAZ deu publicidade a esse fato através do Diário Oficial. Ressalte-se que, no dia indicado, o autuado prova que não houve qualquer publicação no Diário Oficial (fls. 385 e 386) referente a cancelamentos.

Assim, a teor do artigo 45 do RICMS aprovado pelo Decreto nº 2.460/89, enquanto não forem publicados no órgão oficial os editais de suspensão, ou cancelamento de inscrições cadastrais, não é possível opor aos contribuintes em geral a presunção de conhecimento do fato, devendo ser consideradas idôneas as notas fiscais emitidas com destino ao autuado por Iluminação Bahia Ltda., Alcobre Comércio de Metais e Aço Ltda. e Rolmac Comércio e Representações Ltda.

Quanto às notas fiscais emitidas por Açoduto Comercial Ltda., localizada no Estado de São Paulo, não há provas da inidoneidade simplesmente pela falta de carimbo dos postos da fiscalização.

Durante a assentada de julgamento deste Recurso de Ofício na 1ª Câmara de Julgamento Fiscal, decidiu-se pelo envio do PAF à INFAZ de origem para que fossem anexados aos autos as publicações no Diário Oficial do cancelamento ou suspensão do Cadastro dos contribuintes: por Iluminação Bahia Ltda., Alcobre Comércio de Metais e Aço Ltda., Rolmac Comércio e Representações Ltda., Radel Dias Comércio e Representações Ltda, Açoduto Comercial Ltda e Jorge Radel & Cia Ltda.

O PAF retornou da INFAZ sem o cumprimento da diligência solicitada.

#### **VOTO**

Após exame das peças acostadas ao Processo Administrativo Fiscal, concordo, com o entendimento do ilustre Relator da 5ª Junta de Julgamento Fiscal, considerando que em parte das notas fiscais a ASTEC confirma a idoneidade e quanto àquelas emitidas por empresas com inscrição suspensa ou cancelada, não tendo ocorrido à publicação no Diário Oficial não se pode exigir dos contribuintes em geral a presunção de conhecimento do fato, portanto, não poderiam estes contribuintes serem prejudicados por um lapso da administração pública.

Do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso de Ofício para manter a Decisão Recorrida e julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **03023966/95**, lavrado contra **TUBASA – TUBOS DE AÇO DE SALVADOR LTDA.**

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2002.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

VERBENA MATOS ARAÚJO – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFUZ